



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Socorro Neri PP/AC

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2026

(Da Sra. Socorro Neri)

Solicita ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Camilo Sobreira de Santana, informações acerca de eventual proposta do Ministério da Educação de alterações das Diretrizes Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior dos Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica.

Nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, e dos artigos 115 e seguintes do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Educação o presente pedido de informações sobre eventual proposta do Ministério da Educação de alterações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior dos profissionais do magistério.

Solicitam-se as seguintes informações:

- 1) Quais são as razões que motivam a revisão do Parecer CNE/CP nº 4/2024 do Conselho Nacional de Educação, especialmente no que se refere à eventual redução da carga horária presencial na formação inicial de docentes, recentemente definida?
- 2) Há, no âmbito do Ministério da Educação, proposta formal de alteração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores? Em caso afirmativo, qual é o conteúdo da proposta em elaboração?
- 3) Qual é a carga horária presencial sugerida na eventual alteração em estudo?





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Socorro Neri PP/AC

- 4) Quais estudos, diagnósticos ou evidências técnicas embasaram a eventual proposta de redução da carga horária presencial na formação inicial de professores?
- 5) Houve consulta ou diálogo institucional do Ministério com entidades representativas da área educacional acerca de eventual revisão dessas diretrizes? Em caso afirmativo, quais foram os resultados dessas consultas?

JUSTIFICAÇÃO

Notícias recentemente divulgadas pela imprensa¹ trouxeram a público informações acerca de discussões em curso no âmbito do Conselho Nacional de Educação (CNE) relacionadas a uma possível revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores, instituídas a partir do Parecer CNE/CP nº 4/2024 e posteriormente homologadas pelo Ministério da Educação.

Trata-se de norma recente, resultante de processo de discussão prolongado no âmbito do próprio CNE. O parecer foi elaborado por comissão constituída com a participação de conselheiros das Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior, com a finalidade de examinar a formação inicial docente e propor atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais aplicáveis aos cursos de licenciatura.

Durante sua tramitação, o texto foi submetido à consulta pública nacional, realizada entre dezembro de 2023 e março de 2024, com a participação de especialistas, instituições formadoras, entidades educacionais e demais interessados no tema da formação de professores.

Nesse contexto, as diretrizes aprovadas em 2024 buscaram consolidar evidências já amplamente discutidas em matéria educacional e na formulação de políticas públicas para a área, com foco na articulação entre formação teórica, prática pedagógica e vivência profissional nas escolas da educação básica.

¹ <https://www.estadao.com.br/educacao/cne-regra-curso-formacao-professores-carga-horaria-presencial/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Socorro Neri PP/AC

Eventual revisão dessas diretrizes pouco tempo após sua homologação suscita esclarecimentos quanto aos fundamentos técnicos que estariam motivando tal iniciativa, especialmente no que se refere à carga horária presencial nos cursos de licenciatura.

Pesquisas recentes indicam que a modalidade presencial da formação docente permanece sendo considerado elemento relevante para a preparação de novos professores. Levantamento realizado pelo Instituto Península aponta que 84% dos professores concordam que cursos presenciais formam docentes mais bem preparados para o início da profissão².

Considerando a relevância da formação de professores para a qualidade da educação básica e o fato de que as atuais diretrizes resultaram de processo recente de discussão institucional, entende-se necessário que a Bancada da Educação tenha acesso às informações que fundamentam a eventual revisão do Parecer CNE/CP nº 4/2024.

O presente Requerimento de Informação tem, portanto, o objetivo de esclarecer as razões, estudos e diagnósticos que eventualmente estejam orientando a discussão sobre a alteração das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores.

Sala das sessões, de março de 2026.

Deputada SOCORRO NERI
PP-AC

² www.institutopeninsula.org.br/84-dos-professores-concordam-que-cursos-presenciais-formam-docentes-mais-bem-preparados-para-o-inicio-da-profissao/

